

# UNIÃO SÃO PAULO S.A. AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ Nº 43.629.633/0001-76

## Relatório da diretoria

Balço patrimonial em 31 de março de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
Ativos	Nota	31/03/2022	31/03/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	31	8
Aplicações financeiras	8	109.953	74.133
Contas a receber - Cooperativa	10	653	731
Impostos a recuperar		3.315	943
Despesa antecipada		-	6
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>113.952</b>	<b>75.821</b>
Não Circulante			
Aplicações financeiras	8	28.079	26.130
Clientes e outras contas a receber	9	2.927	-
Depósito judicial	12	96.710	65.120
Outros investimentos		67	67
Imobilizado	11	533	533
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>125.389</b>	<b>94.777</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>239.341</b>	<b>170.598</b>

Balço patrimonial em 31 de março de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
Passivos	Nota	31/03/2022	31/03/2021
Circulante			
Adiantamentos de clientes	13	2.079	2.189
Impostos e contribuições a recolher	15	777	207
Obrigações com a Cooperativa		53	-
Dividendos propostos		2.197	1.872
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>5.106</b>	<b>4.268</b>
Não circulante			
Obrigações com a Cooperativa	16	14.668	14.650
Provisões para processos judiciais	17	95.967	64.377
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>110.635</b>	<b>79.027</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>123.600</b>	<b>87.303</b>
Capital social		25.246	25.246
Reserva de lucros	18	98.354	62.057
<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>123.600</b>	<b>87.303</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>239.341</b>	<b>170.598</b>

Demonstração do resultado			
	Nota	31/03/2022	31/03/2021
Despesas administrativas e gerais	19	(563)	(5.158)
Outras receitas operacionais líquidas	20	53.984	57.448
<b>Resultado antes das receitas</b>		<b>53.421</b>	<b>52.290</b>
<b>Receitas líquidas e impostos</b>		<b>53.421</b>	<b>52.290</b>
Receitas financeiras	21	8.373	2.386
Despesas financeiras	22	(1.213)	(479)
<b>Receitas financeiras líquidas</b>		<b>7.160</b>	<b>1.907</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>60.581</b>	<b>54.197</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	(23.959)	(22.995)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>36.622</b>	<b>31.202</b>

Demonstração do resultado abrangente			
	Nota	31/03/2022	31/03/2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>36.622</b>	<b>31.202</b>
<b>Resultado abrangente do total do exercício</b>		<b>36.622</b>	<b>31.202</b>

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto			
	Nota	31/03/2022	31/03/2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		<b>60.581</b>	<b>54.197</b>
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>			
Contingências cíveis	17	31.590	26.565
<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>		<b>2.933</b>	<b>(337)</b>
Clientes e outras contas a receber		78	(62)
Contas a receber - Cooperativa		(2.372)	265
Depósitos judiciais	12	(31.590)	(26.534)
Adiantamento de clientes		(110)	(214)
Impostos e contribuições a recolher		(21.555)	(22.448)
Obrigações com a Cooperativa		71	(6)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>39.626</b>	<b>31.426</b>
Impostos de renda e contribuição social pagos		(1.522)	(635)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>38.104</b>	<b>30.791</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Atividades e valores mobiliários	8	(35.820)	(4.604)
Aplicações financeiras	8	(1.949)	(26.130)
Pagamento de dividendos		(312)	(145)
<b>Caixa líquido (é apenas utilizado nas atividades de financiamento)</b>		<b>(38.081)</b>	<b>(30.879)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>23</b>	<b>(88)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8	96
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<b>31</b>	<b>8</b>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
	Nota	31/03/2022	31/03/2021
<b>Saldos em 1º de abril 2020</b>			
Pagamento de dividendos propostos conforme AGO		-	-
Lucro líquido do exercício		-	-
Destinações:			
Reserva de lucro		-	-
Dividendos propostos		-	-
Reserva de contingência		-	-
<b>Saldos em 31 de março de 2021</b>		<b>25.246</b>	<b>5.509</b>
Pagamento de dividendos propostos conforme AGO		-	-
Lucro líquido do exercício		-	-
Destinações:			
Dividendos propostos		-	-
Reserva de contingência		-	-
<b>Saldos em 31 de março de 2022</b>		<b>25.246</b>	<b>5.509</b>

Reserva de lucros			
	Nota	31/03/2022	31/03/2021
Reserva de lucros		98.354	62.057
Reserva de lucros acumulados		25.246	25.246
<b>Total</b>		<b>123.600</b>	<b>87.303</b>

discutindo judicialmente a incidência do tributos pis/cofins. Considerando o atual cenário econômico nacional, especialmente em decorrência da pandemia do Covid-19 e a incerteza com relação ao resultado após rescisória nº 1005090-40.2019.4.01.000 movida pela União contra a Cooperativa, que, se julgada procedente em favor da União, poderá fazer, nos termos do Instrumento Particular de Obrigações e Outras Avenças firmado entre a Companhia e a Cooperativa, que para a Companhia tenha que devolver para a Cooperativa e esta para a União todos os valores já recebidos por intermédio dos precatórios, a Administração da Companhia constituiu reserva de lucro e propõe a AGO deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de março de 2022 a aprovação da criação de uma reserva de contingência, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/1976. A proposta da Administração

classificação entre as categorias apresentadas no quadro acima. **Risco de crédito** É o risco que a Companhia incorre em perdas decorrentes de um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro, devido à falha destes em cumprir suas obrigações contratuais. Esse risco é proveniente, principalmente de instrumentos financeiros da Companhia. Os ativos financeiros da Companhia expostos ao risco de crédito são Caixa e equivalentes de caixa, Clientes e outras contas a receber e Contas a receber - Cooperativa. O montante mais relevante exposto a este tipo de risco são Caixa e equivalentes de caixa e para mitigação deste risco a Companhia mantém suas operações com bancos de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco. **Risco de liquidez** É o risco no qual a Companhia encontra dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo recebimentos e pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Demonstração do resultado antes dos impostos			
	Nota	31/03/2022	31/03/2021
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>60.581</b>	<b>54.197</b>
Alíquota fiscal combinada		34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada</b>		<b>(20.598)</b>	<b>(18.427)</b>
Diferenças permanentes - Outras		(3.361)	(4.568)
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>		<b>(23.959)</b>	<b>(22.995)</b>
Alíquota fiscal efetiva		40%	42%

Notas Explicativas			
<b>1. Contexto operacional</b> A União São Paulo S.A. Agricultura, Indústria e Comércio ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado localizada em Lençóis Paulista - SP. Até o ano de 1999, as atividades operacionais consistiam em industrialização de cana-de-açúcar para produção de etanol, açúcar e outros produtos afins, comercializados através da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo Ltda. ("Cooperativa"). Em 2000 a Companhia operou com a comercialização de cana-de-açúcar colhida, proveniente da safra anterior e a partir do exercício de 2001 as atividades operacionais compreendiam somente o arrendamento agrícola de terras. Em 2004, a Administração decidiu pelo encerramento das atividades operacionais e tem atualmente como atividade preponderante a administração de bens e direitos resultantes da alienação de ativos, sendo esta a única forma de remuneração aos seus acionistas, na proporção de seus investimentos. <b>Pandemia do Covid-19</b> Em 31/01/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, até o momento não causou impacto. A Companhia realizou estudos incorporando em suas projeções de longo prazo cenários desafiadores e pessimistas de maneira a verificar como os seus fluxos de caixa se comportariam levando em consideração o ambiente mais desafiador, após essas simulações a Companhia não identificou ajustes materiais e está confortável que possuirá condições de honrar com os seus compromissos em um futuro previsível. <b>2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis 2.1. Base de preparação</b> As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil (BR-GAAP). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 30 de junho de 2021. Após sua emissão, somente os acionistas têm poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes das principais políticas estão apresentadas na nota explicativa nº 5. <b>3. Moeda funcional e moeda de apresentação</b> Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. <b>4. Uso de estimativas e julgamentos</b> Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. <b>a) Julgamentos</b> As informações sobre julgamentos críticos referentes a políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: Nota explicativa nº 6 - Instrumentos financeiros. <b>b) Incertezas sobre premissas e estimativas</b> As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa nº 16 - Provisões para processos judiciais. <b>Mensuração do valor justo</b> Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados significativos não observáveis e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, incluindo o nível na hierarquia a valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação apresentadas na nota explicativa <b>5. Principais políticas contábeis</b> a) <b>Políticas contábeis</b> As políticas contábeis vêm sendo aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras e estão descritas junto às referidas notas explicativas. b) <b>Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor</b> As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. <b>IFRS 17 - Contratos de seguro</b> : Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direito e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os			

Reserva de lucros			
	Nota	31/03/2022	31/03/2021
Reserva de lucros		98.354	62.057
Reserva de lucros acumulados		25.246	25.246
<b>Total</b>		<b>123.600</b>	<b>87.303</b>

Passivos			
	Valor contábil	6 meses ou menos	6 - 12 meses
Contas a pagar - Cooperativa	14.721	-	14.721
<b>Total</b>	<b>14.721</b>		<b>14.721</b>

Passivos			
	Valor contábil	6 meses ou menos	6 - 12 meses
Contas a pagar - Cooperativa	14.650	-	14.650
<b>Total</b>	<b>14.650</b>		<b>14.650</b>

praticado pelo Delegado da Receita Federal do Brasil em Bauru/SP, consistente em submeter às impetrantes ao recolhimento de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre os montantes que lhes cabem em razão do rateio da indenização garantida nos autos de ação ordinária à cooperativa do setor sucroalcooleiro, decorrente da fixação de preços de venda do álcool e do açúcar de forma contrária ao quanto determinava a Lei nº 4.870/65 entre março de 1985 e outubro de 1989. **18. Patrimônio líquido (a) Capital social** O capital social está representado por 163.920.903 ações ordinárias nominativas (idêntico em 2019), sem valor nominal, totalmente integralizado. **b) Dividendos pagos e propostos** Conforme disposto no art. 24 do Estatuto Social, aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício, ajustados na forma dos incisos I a III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações e para este resultado, apurado na forma do art. 191 da Lei 6.404/76. A Administração levará a Assembleia a retenção de parte dos dividendos no montante de R\$ 2.197 para que este valor componha a reserva de contingência que também deverá ser aprovada pelos acionistas, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/76. **Reserva legal** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia atingiu na safra 20/21 o limite de 20% da reserva, portanto não foi constituído reserva legal. **Retenção de lucros** Corresponde ao saldo de lucros após as destinações legais e estatutárias, a disposição dos acionistas. A Administração propõe a criação de uma reserva de contingências, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/76 e artigo 14º do Estatuto Social, que deverá ser deliberada pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras. Considerando o atual cenário econômico nacional, especialmente em decorrência da pandemia do COVID-19 e a incerteza com relação ao resultado da ação rescisória nº 1005090-40.2019.4.01.000 (Rescisória) movida pela União Federal (União) contra a Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (Cooperativa), que, se julgada procedente em favor da União, poderá fazer, nos termos do Instrumento Particular de Obrigações e Outras Avenças nº DEJR-12091/2018 (Contrato), com que a Companhia tenha que devolver para a Cooperativa e esta para a União todos os valores já recebidos por intermédio dos precatórios relativos à ação indenizatória nº 90.0002276-2 da 7ª Vara da Justiça Federal de Brasília, movida contra a União em que se discutia a defasagem de preço na venda de etanol e açúcar, é proposto que 91% do lucro líquido apurado neste exercício seja alocado na reserva de contingências a razão de 91% do lucro líquido apurado neste exercício, totalizando um montante de R\$ 36.622. Ademais, se aprovada a referida proposta de alocação de parte do lucro líquido junto com a retenção de parte dos dividendos no montante de R\$ 2.197, o total da reserva de contingência será de R\$ 34.737. Tal reserva tem como objetivo principal proteger a Companhia contra um risco de inadimplemento do Contrato caso a Rescisória tenha efeito, uma vez que (i) a Companhia, por ser uma sociedade inovadora, não tem resultados operacionais que suportem a devolução dos valores recebidos em decorrência dos precatórios, caso eles sejam distribuídos aos acionistas, sendo certo que seus atuais ativos são suficientes para fazer frente às contingências e passivos já existentes, (ii) nos termos da lei societária e de consolidada jurisprudência, dividendos recebidos de boa-fé não podem ser objeto de pedidos de devolução - a Companhia não teria como receber de volta os valores pagos a título de dividendos mas permaneceria com a obrigação contratual de devolver os valores recebidos da Copersucar, (iii) a Companhia possui um capital pulverizado, o que torna pouco provável que eventual chamada de capital para fazer frente à necessidade de devolução dos valores acima mencionados tenha efeito; (iv) a crise provocada pela pandemia e um ambiente de instabilidade econômica e política tornam incerto o resultado final da rescisória; e (v) os administradores da Companhia tem o dever de atuar no melhor interesse da companhia devendo zelar pela sua saúde financeira e adotar as medidas legais cabíveis que entendam necessárias para minimizar os impactos na Companhia. **19. Despesas administrativas e gerais**

Títulos mobiliários			
	Saldo	25%	50%
Exposição líquida	109.953	1.711	3.421
<b>Total</b>	<b>109.953</b>	<b>1.711</b>	<b>3.421</b>

Títulos mobiliários			
	Saldo	25%	50%
Exposição líquida	74.133	1.153	2.307
<b>Total</b>	<b>74.133</b>	<b>1.153</b>	<b>2.307</b>

(i) **Risco de mercado** É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. (ii) **Risco de taxas de juros** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros expostos ao risco de taxas de juros são Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e visando à mitigação desse tipo de risco a Companhia conservar suas operações contratadas a taxas superiores às de mercado. **Análise de sensibilidade** Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível nas taxas de remuneração em 31 de março, teria afetado a mensuração dos instrumentos financeiros remunerados por essas taxas e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras:

Resultado antes dos impostos			
	31/03/2022	31/03/2021	
Resultado antes dos impostos	60.581	54.197	
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada</b>	<b>(20.598)</b>	<b>(18.427)</b>	
Diferenças permanentes - Outras	(3.361)	(4.568)	
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(23.959)</b>	<b>(22.995)</b>	
Alíquota fiscal efetiva	40%	42%	

Depósitos judiciais			
	1º de abril de 2021	Adições	Reversões
(-) Depósitos judiciais	65.120	31.590	-
<b>Total</b>	<b>65.120</b>	<b>31.590</b>	<b>-</b>

Títulos mobiliários			
	Saldo	25%	50%
Exposição líquida	109.953	1.711	3.421
<b>Total</b>	<b>109.953</b>	<b>1.711</b>	<b>3.421</b>

Títulos mobiliários			
	Saldo	25%	50%
Exposição líquida	74.133	1.153	2.307
<b>Total</b>	<b>74.133</b>	<b>1.153</b>	<b>2.307</b>

(i) **Risco de mercado** É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. (ii) **Risco de taxas de juros** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros expostos ao risco de taxas de juros são Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e visando à mitigação desse tipo de risco a Companhia conservar suas operações contratadas a taxas superiores às de mercado. **Análise de sensibilidade** Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível nas taxas de remuneração em 31 de março, teria afetado a mensuração dos instrumentos financeiros remunerados por essas taxas e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras:

Depósitos judiciais			
	1º de abril de 2021	Adições	Reversões
(-) Depósitos judiciais	65.120	31.590	-
<b>Total</b>	<b>65.120</b>	<b>31.590</b>	<b>-</b>

Depósitos judiciais			
	1º de abril de 2021	Adições	Reversões
(-) Depósitos judiciais	65.120	31.590	-
<b>Total</b>	<b>65.120</b>	<b>31.590</b>	<b>-</b>

Títulos mobiliários			
	Saldo	25%	50%
Exposição líquida	109.953		